



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



Resultado

Informativo Parlamentar

Nº 09

Ano 2017

Período: 03 a 07 de abril

SUMÁRIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	3
Notícias.....	3
Plenário	3

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Viação e Transportes	4
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	7
Comissão de Comissão de Seguridade Social e Família	8
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	8
Comissão de Educação	9
Comissão de Finanças e Tributação	10
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	12
Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia	12
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	12
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	13
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	13
Comissão de Cultura	14
Proposições Apresentadas	14
Discursos Proferidos	16

SENADO FEDERAL	19
Notícias.....	19

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão de Infraestrutura	20
Comissão de Meio Ambiente	21
Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor	21
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	21
Comissão Senado do Futuro.....	21
Proposições Apresentadas	22
Discursos Proferidos	23

CONGRESSO NACIONAL	25
Notícias.....	25
Comissões Mistas	27



Notícias

Para Maia, texto aprovado não inviabiliza funcionamento de aplicativos de transporte

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou logo após as votações do Plenário desta terça-feira (4) que a aprovação dos destaques ao projeto que trata de aplicativos de transporte (PL 5587/16) não inviabiliza, mas dificulta o funcionamento do Uber e do Cabify, entre outros.

Segundo Maia, o texto apresentado pelo relator, deputado Daniel Coelho (PSDB/PE), era o adequado por incluir a previsão dos aplicativos na Lei de Mobilidade Urbana (12.587/12) e remeter aos municípios e ao Distrito Federal a regulamentação, ou não, desses aplicativos.

[Leia a íntegra](#)

Projeto obriga cartórios a notificarem transferências de propriedade de veículos

A Câmara analisa Projeto de Lei (PL 7163/17) que obriga os cartórios a notificarem os Departamentos de Trânsito (Detrans) da transferência de propriedade de veículos.

Pela proposta, os cartórios deverão informar num prazo máximo de 30 dias a venda do veículo através do reconhecimento das firmas do vendedor e do comprador, no Certificado de Registro de Veículo (CRV).

[Leia a íntegra](#)

Plenário

SESSÃO ORDINÁRIA EM 04/04/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

07) [Recurso nº 188/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.388/16, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 118/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Matéria não apreciada em razão do encerramento da Sessão.

08) [Recurso nº 189/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Matéria não apreciada em razão do encerramento da Sessão.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

11) [Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016](#) – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Matéria não apreciada em razão do encerramento da Sessão.

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES - CVT

Presidente: Deputado Altineu Côrtes (PMDB/RJ)

Local: Plenário 11 - Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

A - Requerimentos:

01) [Requerimento nº 178/2017 CVT](#) – Autor: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE) – 28/03/17 - Requer a realização de Audiência Pública no município Petrolina - PE, relativo ao debate e acolhimento do documento "O Transporte Interestadual Semiurbano no Brasil".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado com subscrição do Deputado Hugo Leal e transformado em Mesa Redonda.

03) [Requerimento nº 180/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE) - 30/03/17 - Nos termos regimentais, solicitamos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja aprovada a realização do XVIII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas, sob os auspícios deste Colegiado, para discutir questões referentes ao Transporte Rodoviário de Cargas no Brasil, em parceria com a Associação Nacional do Transporte de Cargas & Logística - NTC; a Federação Interestadual das Empresas de Transporte de Cargas - FENATAC e a Confederação nacional dos Transportadores Autônomos - CNTA, a ser realizado no primeiro trimestre de 2018.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado com subscrição dos Deputados Hugo Leal e Christiane Yared.

04) [Requerimento nº 181/2017 CVT => PL 1040/2015](#) - Autor: Deputado João Paulo Papa – (PSDB/SP) - 30/03/17 - Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1.040, de 2015, que altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para acrescentar como diretriz de política tarifária do serviço de transporte público coletivo a concessão de desconto para pagamento realizado por meio eletrônico.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado com subscrição do Deputado Jose Stédile.

05) [Requerimento nº 182/2017 CVT](#) - Autora: Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO) - 31/03/17 - Solicita a participação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE; o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT; a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; a Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, para participarem da Mesa Redonda com Visita Técnica a ser realizada no Estado de Rondônia, a fim de verificar in loco sobre a situação do Porto de Porto Velho, do Contorno Rodoviário Norte e da Zona de Processamento de Exportação - ZPE, bem como os projetos de infraestrutura a serem implantados.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado.

06) [Requerimento nº 183/2017 CVT](#) - Autora: Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO) - 31/03/17 - Solicita a participação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT; a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; a Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL; VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., para participarem da Mesa Redonda com Visita Técnica, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, a ser realizada nos dias 11 e 12 de maio de 2017, no Estado de Rondônia, a fim de realizar diligências na BR's 174 e 435 e na Ferrovia entre Sapezal, no Estado do Mato Grosso a porto Velho, no Estado de Rondônia.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado.

07) [Requerimento nº 184/2017 CVT](#) - Autora: Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO) - 31/03/17 – “Solicita a participação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT; a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ; a Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, para participarem da Mesa Redonda com Visita Técnica a ser realizada no Estado de Rondônia, a fim de verificar in loco sobre a situação do Porto de Guajará-Mirim, da Ponte Binacional Brasil/Bolívia, das BR's 364, 429 e 425, bem como os projetos de infraestrutura a serem implantados”.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado.

08) [Requerimento nº 185/2017 CVT](#) - Autora: Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO) - 31/03/17 - Solicita a participação do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; a Secretaria de Aviação Civil - SAC; o Presidente da INFRAERO, Sr. Antônio Claret de Oliveira; a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; a Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL, para participarem da Mesa Redonda com Visita Técnica a ser realizada no Estado de Rondônia, a fim de verificar in loco sobre a situação do Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira, em Porto Velho, bem como os projetos de infraestrutura a serem implantados.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado, com inclusão da Polícia Federal, Receita Federal e órgãos afins.

09) [Requerimento nº 186/2017](#) – Autor: Deputado Wilson Beserra (PMDB/RJ) - "Requer que seja convidados o presidente da Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, o Senhor Antônio Claret de Oliveira, com a finalidade de esclarecer a este Colegiado as denúncias referentes a irregularidades que tem causado enormes prejuízos as instituição bem para tomarmos conhecimento da situação atual do setor aéreo, em especial as concessões de aeroportos, esclarecimentos a respeito do Programa de Desestatização dos Aeroportos Brasileiros, dos projetos em andamento, dos investimentos previstos a médio e longo prazo e do plano de investimentos para modernização dos aeroportos do Brasil".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado com subscrição do Deputado Hugo Leal.

10) [Requerimento nº 187/2017](#) – Autor: Deputado Wilson Beserra (PMDB/RJ) - "Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Sr. Maurício Quintella Malta Lessa, que preste informações sobre acompanhamento de obras e de contratos relativos à concessão de serviço público para exploração da BR-493".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado com subscrição do Deputado Zé Augusto Nalin.

C - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Tramitação Ordinária

12) [Projeto de Lei nº 1.398/2015](#) – Autor: Deputado Osmar Terra (PMDB/RS) e outros – “Dispõe sobre a regulação do transporte autônomo de cargas e dá outras providências”.

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 12.096, de 2009.

Relator: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE).

Parecer: [pela rejeição](#).

Vista ao Deputado Edinho Bez, em 05/10/2016.

29/03/17: Retirado de pauta, de ofício.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 28 de julho de 2015, com parecer da ANTT contrário à matéria.

Resultado: Retirado de pauta a Requerimento do Deputado José Stédile.

14) [Projeto de Lei nº 3.743/2015](#) – Autor: Deputado João Daniel (PT/SE) – “Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas do serviço de transporte coletivo disponibilizarem em seus carros, metrô e trens, aparelhos sistema de Wi-Fi”. (Apensado: PL 4761/2016)

Relator: Deputado Julio Lopes (PP/RJ).

Parecer: [pela rejeição deste, e do PL 4761/2016, apensado.](#)

29/03/17: Retirado de pauta a Requerimento do Deputado Marcelo Matos.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 27 de março de 2017, com parecer da ANTT contrário à matéria.

Resultado: Retirado de pauta pelo Relator.

17) [Projeto de Lei nº 5.621/2016](#) – Autor: Deputado Beto Salame (PP/PA) – “Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona”.

Explicação da Ementa: O trecho tem origem na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, e termina no entroncamento com a BR-158, no Estado do Pará.

Relatora: Deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA).

Parecer: [pela aprovação.](#)

29/03/17: Retirado de pauta, de ofício.

ASPAR – MT: Encaminhado Ofício ao DNIT, em 28 de junho de 2016, pendente de resposta.

Resultado: Aprovado.

18) [Projeto de Lei nº 5.677/2016](#) – Autor: Deputado Paulo Feijó (PR/RJ) – “Denomina “Rodovia Alberto Dauaire” o trecho da Rodovia BR-356 entre a cidade de São João da Barra, no Estado do Rio de Janeiro, e a cidade de Muriaé, no Estado de Minas Gerais”.

Relator: Deputado Alexandre Valle (PR/RJ).

Parecer: [pela aprovação.](#)

29/03/17: Retirado de pauta, de ofício.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 29 de setembro de 2016, com parecer do DNIT favorável à matéria.

Resultado: Aprovado.

19) [Projeto de Lei nº 5.958/2016](#) – Autor: Deputado João Arruda (PMDB/PR) – “Denomina Viaduto URBANO ALVADIR WITTMANN”, viaduto localizado no Trecho da Rodovia BR-373, que liga a Cidade de Pato Branco à Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, no Estado do Paraná”.

Relator: Deputado Hermes Parciannelo (PMDB/PR).

Parecer: [pela aprovação.](#)

29/03/17: Retirado de pauta, de ofício.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 23 de novembro de 2016, com parecer do DNIT para que haja correção no Projeto, uma vez que o viaduto está localizado na BR 158 e não na BR 373 como consta no Projeto.

Resultado: Aprovado.

SUBPORTO - Subcomissão Permanente dos Portos e Vias Navegáveis

Presidente: Deputado Milton Monti (PR/SP)

Sala 175-A - Piso Superior

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 06/04/17 – QUINTA-FEIRA, ÀS 10h

A - Reunião de Instalação da Subcomissão.

ASPAR – MT: A ASPAR acompanha a reunião.

Resultado: Reeito como Presidente o Deputado Milton Monti (PR/SP). O Relator ainda não foi definido.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES - CVT

Presidente: Deputado Altineu Côrtes (PMDB/RJ)

Local: Porto de Santos

VISITA TÉCNICA 07/04/17 – SEXTA-FEIRA, ÀS 09h

A - Outro Evento:

Visita técnica ao Porto de Santos.

Deputados participantes:

Deputado Altineu Côrtes - Presidente da Comissão de Viação e Transportes;
Deputado Marcelo Squassoni - 3º Vice-Presidente da Comissão de Viação e Transportes;
Deputado Milton Monti - Presidente da Subcomissão dos Portos e Vias Navegáveis;
Deputado João Paulo Papa;
Deputado José Priante;
Deputado Wilson Beserra;
Diretoria da CODESP;

Visitação ocorrerá de 9 às 16 horas.

Roteiro:

07h30 - Saída São Paulo (do hotel Blue Tree Premium Morumbi);

09h00 - Previsão chegada CODESP - Av. Conselheiro Rodrigues Alves, s/n - portão 23 - (Receptivo com Diretor Presidente, José Alex Oliva e demais Diretores - Apresentação institucional Porto de Santos);

10h20 - Saída para Terminal de Passageiros – Concais (Objetivo: Acompanhar operação de embarque/desembarque de navio de passageiros);

11h30 - Saída de lancha no CCVTMIS (Centro de Controle do VTMS - Roteiro completo do canal, incluindo Ilha Barnabé);

13h00 - Desembarque no píer em frente a Alfândega (Centro Santos - traslado até a BTP)

13h30 - Chegada na BTP (Visita técnica, com intervalo para almoço);

15h30/16h00 - Previsão de término e retorno para São Paulo;

Resultado: Visita realizada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

Presidente: Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB/MG)

Local: Plenário 01 - Anexo II

REUNIÕES ORDINÁRIAS NOS DIAS 04, 05 E 06/04/17 – TERÇA, QUARTA e QUINTA-FEIRA, ÀS 14h30

A – Redações Finais:

50) [Projeto de Lei nº 7.558/2014](#) – Autora: Deputada Flávia Moraes (PDT/GO) - "Acresce artigo ao Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial".

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 7.565, de 1986.

Relator: Deputado Luiz Couto (PT/PB).

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 7 de dezembro de 2016, com parecer da Secretaria de Aviação Civil contrário à matéria.

Resultado: Aprovada a redação final em 04/04. A matéria segue para deliberação no Senado Federal.

C - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

Prioridade

84) [Projeto de Lei nº 7.278/2010](#) – Autor: ex-Senador Eduardo Azeredo (PLS 23/2010, na origem) – “Denomina “Avenida de Integração Prefeito Olavo de Matos” o trecho da BR-259 que liga os Municípios de Curvelo e Inimutaba, no Estado de Minas Gerais”.

Relator: Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG).

Parecer: [pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa](#).

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 11 de outubro de 2016, com parecer do DNIT favorável à matéria.

Resultado: Não deliberado.

Tramitação ordinária

95) [Projeto de Lei nº 5.916/2013](#) – Autor: deputado Mauro Lopes (PMDB/MG) – “Denomina “Rodovia Antônio Carlos Marani” o trecho da BR-265 entre a cidade de Lavras/MG e o entroncamento com a BR-381 (Rodovia Fernão Dias)”.

Relator: Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB/MG).

Parecer: [pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa](#).

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 27 de março de 2014, com parecer do DNIT de não oposição à matéria. Encaminhado à Presidência da República, em 10 de novembro de 2016, com parecer do DNIT favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o parecer em 06/04. Discutiram a matéria os Deputados Luiz Couto (PT/PB) e Delegado Waldir (PR/GO).

103) [Projeto de Lei nº 2.603/2015](#) – Autor: Deputado João Derly (REDE/RS) – “Denomina “Ponte Lupicínio Rodrigues” a ponte sobre o rio Gravataí construída na rodovia BR-448, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”.

Relator: Deputado Covatti Filho (PP/RS).

Parecer: [pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa](#).

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 25 de setembro de 2015, com parecer do DNIT favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o parecer em 05/04.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSE

Presidente: Deputado Hiran Gonçalves (PP/PR)

Local: Plenário 07 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 09h00

A - Reunião Deliberativa:

Assunto/Finalidade: Eleição do Primeiro-Vice-Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleita como Segunda Vice-Presidente a Deputada Geovania de Sá (PSDB/SC).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR

Presidente: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR)

Local: Plenário 06 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h00

A - Matéria Sobre a Mesa:

03) [Requerimento nº 359/2017](#) – Autor: Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) - "Solicita realização de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso na cidade de SINOP para esclarecer a logística e outras demandas sobre as obras da BR 163 e os impactos sobre o escoamento da Safra".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Aprovado.

B - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Tramitação Ordinária

25) Proposta de Fiscalização e Controle nº 93/2016 – Autor: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR) - "Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para continuidade da fiscalização e controle diante das informações prestadas a esta Comissão Parlamentar pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 1717-26/2016 no sentido de: (i) requisitar informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre eventuais Fundos de Investimentos registrados naquele órgão de controle que tenham como objeto de investimentos as empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº 1717-26/2016 do TCU; (ii) requisitar informações à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre eventuais investimentos realizados de forma direta ou indireta, nesta última hipótese por meio de Fundos de Investimentos, por Entidades de Previdência Complementar em proveito das empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº 1717-26/2016 do TCU".

RELATOR: Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS).

RELATÓRIO PRÉVIO: pela implementação nos termos do Plano de Execução e e Metodologia de Avaliação apresentado.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Não deliberado.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

Presidente: Deputado Caio Nário (PSDB/MG)

Local: Plenário 10 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h00

A – Eleição dos vice-presidentes da Comissão.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a eleição.

Resultado: Eleito como Primeiro Vice-Presidente o Deputado Nilson Pinto (PSDB/PA), como Segundo Vice-Presidente o Deputado Celso Jacob (PMDB/RJ) e como Terceiro Vice-Presidente o Deputado Ságuas Moraes (PT/MT).

B - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Tramitação Ordinária

14) Projeto de Lei nº 1.595/2015 – Autora: Deputada Eliziane Gama (PPS/MA) - "Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos de transporte coletivo de passageiros objeto de pena de perdimento".

RELATOR: Deputado Damião Feliciano (PDT/PB).

PARECER: pela aprovação.

26/10/16: Vista ao Deputado Glauber Braga.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 25/09/2015, com parecer da ANTT de que não compete a essa Pasta manifestar-se sobre a matéria.

Resultado: Aprovado o parecer.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT
Presidente: Deputada Deputado Covatti Filho (PP/RS)
Local: Plenário 04– Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

BLOCO I: PELA NÃO IMPLICAÇÃO DA MATÉRIA EM AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA RECEITA OU DA DESPESA PÚBLICAS, NÃO CABENDO PRONUNCIAMENTO QUANTO À ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA:

ITEM 43: PL 3689/2012	Autor: Irajá Abreu Relator: Dep. Lucas Vergílio.	Ementa: Dispõe sobre o florestamento das faixas laterais de domínio das rodovias.
-----------------------	---	---

BLOCO II: PELA NÃO IMPLICAÇÃO DA MATÉRIA EM AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA RECEITA OU DA DESPESA PÚBLICAS, NÃO CABENDO PRONUNCIAMENTO QUANTO À ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA; E, NO MÉRITO, PELA REJEIÇÃO:

ITEM 22: PL 5421/2005	Autor: Ex-Dep. Eduardo Valverde; Relator: Dep. Benito Gama;	Ementa: Altera os art. 22 e 23 da Lei nº 8.666, de 1993, instituindo o pregão eletrônico nas licitações da Administração Pública Federal.
ITEM 39: PL 2250/2011	Autor: Dep. Felipe Bornier; Relator: Dep. Maia Filho;	Ementa: Torna obrigatório em todo território nacional a cobertura de seguro em acidentes pessoais e assistência funerária nas rodovias do país sujeitas à cobrança de pedágio.

BLOCO III: PELA NÃO IMPLICAÇÃO DA MATÉRIA EM AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA RECEITA OU DA DESPESA PÚBLICAS, NÃO CABENDO PRONUNCIAMENTO QUANTO À ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA; E, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO:

ITEM 38: PL 1410/2011	Autor: Dep. Washington Reis; Relator: Dep. Leonardo Quintão;	Ementa: "Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio para motocicletas e similares em rodovias federais."
-----------------------	---	--

D - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões:

Prioridade

22) Projeto de Lei nº 5.421/2005 – Autor: Ex-Deputado Eduardo Valverde (PT/RO) - "Altera os art. 22 e 23 da Lei nº 8.666, de 1993, instituindo o pregão eletrônico nas licitações da Administração Pública Federal". (Apensados: PL 1662/2007, PL 1661/2007 (Apensado: PL 4027/2008) e PL 4647/2009)

RELATOR: Deputado Benito Gama (PTB/BA)

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5421/05 e dos PL's nºs 1661/2007, 1662/2007, 4647/2009, 4027/2008, apensados; e, no mérito, pela rejeição do PL nº 5421/05, e dos PL's nºs 1661/2007, 1662/2007, 4647/2009, e 4027/2008, apensados.

25/03/15: Retirado de pauta por acordo dos Srs. Líderes.

07/12/16: Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lelo Coimbra.

ASPAR – MT: ANTT contrário a matéria. Encaminhado Ofício ao DNIT e VALEC, pendente de resposta.

Resultado: Retirado de pauta em virtude da aprovação de Requerimento do Deputado Benito Gama (PTB/BA).

Tramitação ordinária

Em votação

38) [Projeto de Lei nº 1.410/2011](#) – Autor: Ex-Deputado Washington Reis (PMDB/RJ) - "Dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio para motocicletas e similares em rodovias federais". (Apensado: PL 1473/2011)

RELATOR: Deputado Leonardo Quintão (PMDB/RJ).

PARECER: [pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1410/2011, do PL 1473/2011, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1410/2011, do PL 1473/11, apensado, na forma do Substitutivo da CVT.](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 30 de janeiro de 2015, com parecer da ANTT contrário ao texto inicial e ao Substitutivo da CVT.

Resultado: Retirado de pauta em virtude da aprovação de Requerimento do Deputado Júlio Lopes (PP/RJ).

39) [Projeto de Lei nº 2.250/2011](#) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - "Torna obrigatório em todo território nacional a cobertura de seguro em acidentes pessoais e assistência funerária nas rodovias do país sujeitas à cobrança de pedágio".

RELATOR: Deputado Maia Filho (PP/PI).

PARECER: [pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, de 05 de dezembro de 2011, com parecer da ANTT contrário à matéria.

Resultado: Retirado de pauta em virtude da aprovação de Requerimento do Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA).

40) [Projeto de Lei nº 2.858/2011](#) – Autor: Deputado Bohn Gass (PT/RS) - "Acrescenta artigo à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para isentar do pagamento de pedágio os condutores que tenham residência permanente ou exerçam atividades profissionais no mesmo Município onde funcione praça para a arrecadação dessa tarifa". (Apensado: PL 4169/2012)

RELATOR: Deputado Leonardo Quintão (PMDB/RJ)

PARECER: [pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária, do Projeto de Lei nº 2858/2011 e do PL 4169/2012, apensado; e, no mérito, pela aprovação do PL 2858/2011 e pela rejeição do PL 4169/2012, apensado.](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 12 de maio de 2014, com parecer da ANTT contrário à matéria. Encaminhado parecer contrário da ANTT ratificado em 10 de março de 2016.

Resultado: Retirado de pauta de ofício.

43) [Projeto de Lei nº 3.689/2012](#) – Autor: Deputado Irajá Abreu (PSD/TO) - "Dispõe sobre o florestamento das faixas laterais de domínio das rodovias".

RELATOR: Deputado Lucas Vergilio (SD/GO).

PARECER: [pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 11 de novembro de 2015, com parecer ratificado da Assessoria Socioambiental contrário à matéria.

Resultado: Aprovado o parecer.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC

Presidente: Deputado Wilson Filho (PTB/PB)

Local: Plenário 09 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

A - Reunião Deliberativa:

Assunto/Finalidade: Eleição do Primeiro-Vice-Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito como Primeiro Vice-Presidente o Deputado Zeca Cavalcanti (PTB/PE) e como Segundo Vice-Presidente o Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ).

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA - CINDRA

Presidente: Deputado Valadares Filho (PSB/SE)

Local: Plenário 15 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

A - Reunião de Eleição:

Eleição do Segundo Vice-Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleita como Segunda Vice-Presidente a Deputada Janete Capiberibe (PSB/AP)

B - Requerimentos:

02) Requerimento nº 111/2017 CINDRA - Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA) - 29/03/17 - Requer a realização de Audiência Pública com objetivo de debater sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional - PDAR, conforme o dispositivo da Lei 13.097/15.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Requerimento aprovado por unanimidade, subscrito pelas Deputadas Janete Capiberibe (PSB/AP), Júlia Marinho (PSC/PA) e pelo Deputado Remídio Monai (PR/RR).

D - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Tramitação Ordinária

18) Projeto de Lei nº 5.381/2016 – Autor: Deputado Wilson Filho (PTB/PB) - "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Cabedelo, Estado da Paraíba".

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 11.508, de 2007 e revoga dispositivos das Leis nº 8.015, de 1990 e 7.792, de 1989.

RELATOR: Deputado Zeca Cavalcanti (PTB/PE)

PARECER: pela aprovação.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN

Presidente: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

Plenário 03 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

A - Reunião de Eleição:

Eleição do Primeiro, Segundo e Terceiro Vice-Presidentes.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito como Primeiro Vice-Presidente o Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL), como Segundo Vice-Presidente o Deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP) e como Terceiro Vice-Presidente o Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA).

B - Proposições Sujeitas à apreciação do Plenário:

Prioridade

02) [Mensagem nº 573/2016](#) – Autor: Poder Executivo - "Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2011".

RELATORA: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP).

PARECER: [pela aprovação](#).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: [Aprovado o parecer](#).

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - CSPCCO

Presidente: Deputado Capitão Augusto (PR/SP)

Local: Plenário 06 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

C - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Tramitação Ordinária

08) [Projeto de Lei nº 6.463/16](#) – Autor: Deputado Adail Carneiro (PP/CE) - "Altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre videovigilância nas vias públicas de tráfego de veículos que menciona".

RELATOR: Deputado Delegado Waldir (PR/GO).

PARECER: [pela aprovação](#).

ASPAR – MT: Encaminhado Ofício à ANTT, em 29 de março de 2017, pendente de resposta.

Resultado: [Aprovado o parecer](#).

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CIDOSO

Presidente: Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP)

Local: Plenário 16 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

C - Proposições Sujeitas à apreciação conclusiva pelas Comissões:

Tramitação Ordinária

08) [Projeto de Lei nº 1.386/2015](#) – Autor: Deputado Sérgio Reis (PRB/SP) - que "Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1997, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a fim de obrigar as empresas de transporte a manter funcionários treinados para auxiliar o idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos do sistema de transporte coletivo".

RELATORA: Deputada Creuza Pereira (PSB/PE).

PARECER: [pela aprovação deste, e da Emenda de Relator 1 da Comissão de Seguridade Social e Família, com substitutivo](#).

ASPAR – MT: Posição neutra. Encaminhado à Presidência da República, em 19/06/2015, com parecer da ANTT que a matéria já possui amparo legal por meio do Decreto nº 5.696/2004.

Resultado: [Aprovado](#).

COMISSÃO DE CULTURA - CCULT
Presidente: Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO)
Local: Plenário 10 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/17 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30

C - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões

Tramitação Ordinária

02) Projeto de Lei nº. 2.853/2015 – Autor: Deputado João Rodrigues (PSD/SC) - "Denomina "Rodovia Governador Luiz Henrique da Silveira" o entroncamento da Rodovia BR 282 com a Rodovia BR 480, no perímetro compreendido entre os municípios de Chapecó/SC e São Miguel do Oeste/SC".

Relator: Deputado Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ).

Parecer: pela aprovação.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de setembro de 2016, com parecer do DNIT de não oposição à matéria, alertando que a rodovia já possui denominação, por meio da Lei nº 9.875, de 25/11/1999.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício, pela ausência do Relator.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Indicação

INC 3249/2017 - Autor: Deputado Remídio Monai (PR/RR) - 06/04/2017 - Sugere ao Poder Executivo a inclusão do Porto de Santa Maria do Boiaçu, do Estado de Roraima, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

Projeto de Decreto Legislativo

PDC 609/2017 => MSC 573/2016 - Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - 06/04/17 - Aprova o texto do Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 04 de abril de 2011.

Projetos de Lei

PL 7281/2017 - Autora: Deputada Gorete Pereira (PR/CE) - 04/04/2017 - Altera o caput dos artigos 1º e 3º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pelo artigo 69, da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e do artigo 4º da Lei nº 9.808 de 20 de julho de 1999, com a redação dada pelo artigo 22, da Lei nº 12.431 de 24 de junho de 2011, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, o prazo dos incentivos de redução do imposto de renda, de reinvestimento e de isenção do AFRMM, de pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e dá outras providências.

PL 7327/2017 - Autor: Deputado Cabo Sabino (PR/CE) - 05/04/2017 - Acrescenta dispositivos na Lei 9.587, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, dotados de plataforma elevatória veicular.

PL 7336/2017 - Autor: Deputado Cabo Sabino - PR/CE - 06/04/17 - Altera a Lei 7.661, de 16 de maio de 1988, para dispor sobre edificações em praias.

PL 7337/2017 - Autor: Deputado Francisco Floriano - DEM/RJ - 06/04/17 - "Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Público Coletivo Convencional e Alternativo Urbano e Metropolitano de Passageiros - REITCAUP".

Projeto de Lei de Conversão

[PLV 3/2017 MPV75216 => MPV 752/2016](#) - Autor: MPV752/16 - 05/04/2017 - Dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências

Requerimento de Informação

[RIC 2852/2017](#) - Autor: Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES) - 05/04/2017 - Solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Dr. Maurício Quintella Malta Lessa, informações sobre o valor da taxa de fiscalização estabelecido pela Lei 12.996 de 2014.

Requerimentos

[REQ 6205/2017 => PL 6436/2016](#) - Autor: Deputado Vitor Valim - PMDB/CE - 04/04/17 - Requer a inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL Nº 1.952, de 2015 que "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 que, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências".

[REQ 6224/2017 => PEC 39/2011](#) - Autor: PEC 039/11 - Extingue o Terreno de Marinha - 05/04/2017 - Requer a prorrogação de prazo da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis".

[REQ 6226/2017](#) - Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - 05/04/17 - Requer a reconstituição de Proposta de Fiscalização e Controle nº 36/2011

[PFC 36/2011 – Autor: Deputado Rubens Bueno \(PPS/PR\)](#) - Propõe ato de fiscalização sobre a gestão dos contratos de obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e a VALEC Engenharia, Construção e Ferrovias.

[REQ 6243/2017](#) - Autor: Deputado Sergio Vidigal - PDT/ES - 06/04/17 - Requer a instalação de Comissão Temporária Externa destinada a fazer levantamento in loco bem como acompanhar e fiscalizar os fatos relativos à retomada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT da responsabilidade pela execução da obra viária do Contorno do Mestre Álvaro, na Serra, Grande Vitória, ES.

[REQ 118/2017 CINDRA](#) - Autor: Deputado Valadares Filho (PSB/SE) - 05/04/2017 - Requer a realização de audiência pública com dirigentes da FUNAI, em conjunto com membros dos Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, e com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

[REQ 186/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Wilson Beserra (PMDB/RJ) - 04/04/2017 - Requer sejam convidados o presidente da Infraero - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, o Senhor Antônio Claret de Oliveira, com a finalidade de esclarecer a este Colegiado as denúncias referentes a irregularidades que tem causado enormes prejuízos a instituição bem para tomarmos conhecimento da situação atual do setor aéreo, em especial as concessões de aeroportos, esclarecimentos a respeito do Programa de Desestatização dos Aeroportos Brasileiros, dos projetos em andamento, dos investimentos previstos a médio e longo prazo e do plano de investimentos para modernização dos aeroportos do Brasil.

[REQ 187/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Wilson Beserra (PMDB/RJ) - 04/04/2017 - Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Sr. Maurício Quintella Malta Lessa, que preste informações sobre acompanhamento de obras e de contratos relativos à concessão de serviço público para exploração da BR-493.

[REQ 188/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Eli Corrêa Filho (DEM/SP) - 05/04/2017 - Requer a realização de Audiência Pública a fim de debater a abertura de acessos ao Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP.

[REQ 189/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE) - 05/04/2017 - Nos termos regimentais, solicitamos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja aprovado a inclusão da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos - CNTA, no XVII Seminário Brasileiro do Transporte Rodoviário de Cargas, a ser realizado em 10/05/2017, conforme Requerimento nº 166/2016-CVT, aprovado nessa Comissão.

[REQ 190/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Afonso Hamm (PP/RS) - 05/04/2017 - Requer a realização de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes para debater a priorização da conclusão da obra de duplicação da BR-116 no trecho de Guaíba-Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul.

[REQ 191/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Remídio Monai - PR/RR - 06/04/17 - Requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Viação e Transportes para debater sobre o aprimoramento e regulamentação do Sistema Nacional de Viação - SNV.

[REQ 192/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Remídio Monai - PR/RR - 06/04/17 - Requer a realização de audiência pública conjunta entre a Comissão de Viação e Transportes e Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), conforme o dispositivo da Lei 13.097/2015.

[REQ 357/2017 CAPADR](#) - Autor: Deputado Nilson Leitão (PSDB/MT) - 05/04/2017 - Solicita realização de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso na cidade de SINOP para esclarecer a logística e outras demandas sobre as obras da BR 163 e os impactos sobre e escoamento da Safra.

Voto em Separado

[VTS 1 CVT => PL 3743/2015](#) - Autor: Deputado Laudívio Carvalho (SD/MG) - 04/04/2017 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas do serviço de transporte coletivo disponibilizarem em seus carros, metrô e trens, aparelhos sistema de Wi-Fi.

DISCURSOS PROFERIDOS



Deputado Décio Lima (PT/SC) – 04/04/2017 - Solicitação à Presidência de providências quanto à realização de reunião sem a observância do quórum regimental pela Comissão Especial destinada à análise da Medida Provisória nº 752/2016.

[Leia o discurso](#)



Deputado Angelim (PT/AC) - 04/04/2017 - Denúncia contra o **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT** ante a situação de abandono da rodovia BR-364, no Estado do Acre.

[Leia o discurso](#)



Deputado Henrique Fontana (PT/RS) – 04/04/2017 - Convite aos Deputados para participação em evento de instalação da **Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira**.

[Leia o discurso](#)



Deputado Alfredo Nascimento (PR/AM) – 04/04/2017 - Empenho do orador junto à **Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC** para restabelecimento das operações do Aeroporto Julio Belém, localizado no Município de Parintins, Estado do Amazonas.

[Leia o discurso](#)



Deputado Major Olímpio (SD/SP) – 04/04/2017 - Apoio ao Projeto de Lei nº 5.587, de 2016, relativo à regulamentação do transporte individual remunerado e do transporte motorizado privado. Defesa de apreciação da matéria em regime de urgência urgentíssima.

[Leia o discurso](#)



Deputado Valmir Assunção (PT/BA) – 04/04/2017 - Pedido aos Deputados de proteção dos interesses da categoria dos taxistas em votação de projeto de lei sobre a regulamentação do transporte individual remunerado. Defesa de autonomia municipal quanto à permissão de funcionamento local do serviço de transporte privado Uber.

[Leia o discurso](#)



Deputado Valmir Assunção (PT/BA) – 05/04/2017 - Presença do Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, no Distrito de Nova Alegria, no Município de Itamaraju, para lançamento da ordem de serviço para início da obra de pavimentação de trecho da BA-284. Saudação ao Vereador Som de Nova Alegria, da Câmara Municipal de Itamaraju.

[Leia o discurso](#)



Deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR/MG) – 05/04/2017 - Solicitação ao Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, de medidas de segurança de trânsito para o Anel Rodoviário da rodovia BR-040 entre os Municípios de Betânia e Vila Oeste, Estado de Minas Gerais.

[Leia o discurso](#)



Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG) – 05/04/2017 - Descaso do Governador Fernando Pimentel com o isolamento dos moradores do Distrito de Abreus, no Município de Alto Rio Doce, Estado de Minas Gerais, diante da danificação da MG-280 pelas chuvas. Cobrança pela comunidade de pavimentação da rodovia.

[Leia o discurso](#)



Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) – 05/04/2017 - Solicitação de apoio aos pares para apreciação do Projeto de Lei nº 7.275, de 2017, relativo à federalização das rodovias MA-138 e MA-006.

[Leia o discurso](#)



Deputado Severino Ninho (PSB/PE) – 06/04/2017 - Reinvidicações do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, ao Governo Federal, em viagem oficial a Brasília, Distrito Federal, especialmente quanto à liberação de recursos para a conclusão das obras da adutora do Agreste e à devolução da autonomia administrativa do **Porto de Suape**.

[Leia o discurso](#)



Deputado Lindomar Garçon (PRB/RO) – 06/04/2017 - Pedido ao Diretor do **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT** de atenção a viadutos de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia.

[Leia o discurso](#)



Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) – 06/04/2017 - Explicação sobre o projeto Trem Intercidades, do Governo do Estado de São Paulo. Aprovação, pela **Comissão Mista da Medida Provisória nº 752/2016**, que dispõe sobre diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria que especifica, do relatório de autoria do Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR), com inclusão da possibilidade de divisão de trechos da malha ferroviária de transporte de carga do Estado de São Paulo, para transporte de passageiros, no âmbito do projeto Trem Intercidades.

[Leia o discurso](#)



Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) – 06/04/2017 - Conclamação aos Deputados da bancada nordestina para união de esforços com vistas à sensibilização do Governo Federal para retomada das obras da ferrovia Transnordestina.

[Leia o discurso](#)



Deputado Aluisio Mendes (Bloco/PTN/MA) – 06/04/2017 - Presença na Casa de lideranças políticas do Município de Grajaú, Estado do Maranhão. Agradecimento ao **Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella Lessa**, pelo tratamento dispensado às autoridades grajaúenses durante audiência sobre a instalação do aeroporto regional de Grajaú.

[Leia o discurso](#)



Deputado Rômulo Gouveia – 06/04/2017 - Leitura do Ofício nº 192, de 2017, do Congresso Nacional, que comunica o encaminhamento à Câmara dos Deputados do processado da Medida Provisória nº 752, de 2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria que especifica.



Notícias

Senado aprova recondução de diretor para ANTT

Foi aprovada em Plenário nesta quarta-feira (5) a indicação de Marcelo Vinaud Prado para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Foram 51 votos a favor e apenas 7 contrários, além de duas abstenções. Marcelo Prado foi sabatinado na terça-feira (4) na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), onde sua indicação foi aprovada por unanimidade.

[Leia a íntegra](#)

Elmano Férrer pede que parlamentares apoiem ampliação de rodovia no Piauí

O senador Elmano Férrer (PMDB/PI) pediu aos parlamentares de seu estado que lutem para obter recursos para a execução de projeto do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) de ampliação do trecho da BR-135 no Piauí.

- Foi concluído o projeto executivo, com viabilidade econômica, técnica e ambiental. Com esse projeto vamos ter uma rodovia dentro do padrão de BRs. Considero isso uma conquista do nosso estado.

[Leia a íntegra](#)

Plenário

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA EM 05/04/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA**EXTRAPAUTA**

(Discussão, em turno único)

1) [Parecer nº 05/2017](#) - Discussão, em turno único, do Parecer nº 5, de 2017, da CI, Relator: Senador Acir Gurgacz, sobre a Mensagem nº 109, de 2016 (nº 642/2016, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **MARCELO VINAUD PRADO** para ser reconduzido ao cargo de **Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**.

Resultado: **Aprovado.**

Sim: 51;

Não: 07

Abst.: 02;

Total: 60.

Votações nominais:

Sessão de votação em 05/04/2017-Plenário

Sessão de votação em 04/04/2017-CI

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Presidente: Senador Eduardo Braga (PMDB/AM)

Local: Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 04/04/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 09h

1º PARTE INDICAÇÃO DE AUTORIDADE

01) **Mensagem do Senado Federal nº 109/2016** – Autor: Presidente da República - Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor **MARCELO VINAUD PRADO** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 28/03/2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, em atendimento ao artigo 383 do RISF;
2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

2º PARTE DELIBERATIVA

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

01) **Projeto de Lei do Senado nº 702/2015** – Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) - Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Relatoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS).

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

1. Em 28/03/2017, foi aprovado o substitutivo oferecido ao projeto;
2. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;
3. Nos termos do artigo 282 do RISF, não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 24 de outubro de 2016, com pareceres da SPNT e da ANTT contrários à matéria.

Resultado: A matéria é reencaminhada ao relator, Senador Lasier Martins, para análise da emenda oferecida em turno suplementar.

02) **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 08/2017** – Autor Senador Wellington Fagundes (PR/MT) - Requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR-163, no trecho de Cuiabá (MT) a Miritituba (PA).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: O requerimento é aditado pelo Senador Wellington Fagundes para incluir o trecho Rondonópolis-Cuiabá, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro e aprovado.

03) **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 09/2017** – Autor Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) e Acir Gurgacz (PDT/RO) - Requer a realização de diligências por esta Comissão, nos dias 11 e 12 de maio, na BR 435, nos municípios de Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena; e na BR 174, entre os municípios de Vilhena e Juína, para debater as obras dessas rodovias e da ferrovia entre Sapezal/MT e Porto Velho/RO.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: O requerimento é lido e aprovado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA
Presidente: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)
Local: Plenário 09 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 04/04/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 09h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente para o biênio 2017/2018. Observações: Reunião convocada, nos termos do § 3º do art. 88 do RISF, pelo Senador João Alberto Souza.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão de Meio Ambiente – CMA, para o biênio 2017/2018. Foi eleito Presidente o Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP).

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Presidente: Ataídes Oliveira (PSDB/TO)
Local: Plenário 02 – Ala Senador Nilo Coelho

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 04/04/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para o biênio 2017/2018.

Observações: Reunião convocada, nos termos do § 3º do art. 88 do RISF, pelo Senador Aírton Sandoval.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Reunião realizada. Foram eleitos: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), para Presidente, e Senador Aírton Sandoval (PMDB/SP), para Vice-Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)
Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

10) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

Relatoria: Senador José Pimentel (PT/CE). - **TERMINATIVO**

Relatório: [Pela aprovação do Projeto](#).

Observações: - Votação nominal.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

Resultado: Adiado.

COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)
Local: Plenário 15 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 11h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto / Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro para o biênio 2017/2018.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos, por aclamação, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, para o biênio 2017/2018, os Senadores Hélio José (PMDB/DF) e Wellington Fagundes (PR/MT), respectivamente.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Requerimentos da Comissão de Infraestrutura

RQI 14/2017 – Autor: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) - Requer a realização de diligência, com a presença de membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR-158, no trecho Vila Rica/MT à Redenção/PA, e da BR-155, no trecho Redenção/PA à Marabá/PA.

RQI 15/2017 – Autor: Senador Romero Jucá (PMDB/RR) - Solicita, em aditamento ao RQI nº 7, de 2017, que seja incluído como convidado um representante do Ministério das Relações Exteriores, para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica).

RQI 16/2017 – Autor: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) - Requer a realização de audiência pública para debater a construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara, em Machadinho do Oeste – RO.

RQI 16/2017 – Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC) - Requer aditamento ao Requerimento nº 7, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria do Senador Jorge Viana, também subscrito pelos Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Wellington Fagundes, para inclusão do Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na audiência pública para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica).

Requerimentos da Comissão de Transparência e Governança Pública

RTG 02/2017 – Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) - Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem dos passageiros.

RTG 02/2017 – Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) - Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir a situação das obras Transnordestina, Ferrovia Norte-Sul e Transposição do Rio São Francisco.

RTG 08/2017 – Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) - Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 03 de 2017, desta Comissão, de forma a alterar o convite para participar da audiência pública, que tem como objetivo discutir a situação das obras Transnordestina, Ferrovia Norte-Sul e Transposição do Rio São Francisco, da seguinte maneira:

Projeto de Decreto Legislativo (SF)

PDS 45/2017 – Autor: Câmara dos Deputados - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2010.

DISCURSOS PROFERIDOS



Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) – 03/04/2017 - Hoje, de manhã, eu já estive no DNIT, mas infelizmente não encontrei nenhum diretor lá, para conversarmos sobre a recuperação e a restauração da BR-364. E é nesse sentido que nós marcamos um debate, uma audiência pública da Comissão de Infraestrutura, para o dia 28 de abril, na cidade de Porto Velho. Nós convidamos a ANTT, o DNIT, a EPL para debatermos a concessão da BR-364 com a sua duplicação. Tivemos a parceria do nosso Presidente, Eduardo Braga, da Comissão de Infraestrutura, que nos apoiou incondicionalmente.

Vamos realizar, então, esta audiência pública no Palácio do Governo em Porto Velho, junto com o Governador, Confúcio Moura, junto com o Vice-Governador, Daniel Pereira, e junto com o Deputado Airton, para discutir o modelo de concessão e como vai ser feita não somente a restauração emergencialmente, mas também a duplicação da BR-364, assim como o Contorno Norte de Porto Velho, para que os caminhões não precisem atravessar o centro da cidade para embarcar o seu transporte nas balsas que vão a Itacoatiara e lá, em Itacoatiara, façam um transbordo para grandes navios e sigam viagem.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) – 03/04/2017 - Mas o DNIT nacional e a Superintendência do DNIT em Rondônia – não vou culpar de maneira nenhuma os atuais, mas os do passado, do passado – foram negligentes, sobretudo, na área de projetos. E hoje a nossa BR-364 está, em alguns trechos, quase intransitável. Inclusive dentro de cidades. Há praticamente atoleiros na BR, dentro de cidades, passando dentro de áreas urbanas. Eu tenho cansado de cobrar, praticamente semanalmente, na tribuna do Senado Federal, providências do Ministério dos Transportes e do

DNIT nacional e da Superintendência de Rondônia, para restaurar as nossas rodovias, restaurar a nossa BR-364.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Jorge Viana (PT/AC) – 04/04/2017 - A BR-364, Porto Velho-Cuiabá, já foi refeita mais de dez vezes, porque há uma carga de caminhões diária. Hoje, na Comissão de Infraestrutura, o Senador Acir fazia essa denúncia, apresentava requerimentos, assim como o Senador Wellington Fagundes. Agora, o DNIT... O Ministério dos Transportes anuncia recursos pelos quais o Governador Tião Viana batalhou ainda desde o governo da Presidente Dilma, e o relatório que nós fizemos, o relatório que nós trazemos, é o relatório do abandono. São fotografias. Eu peço que possam ser

mostradas, porque eu estou aqui falando em nome das pessoas que andam de ônibus de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, de Rio Branco a Sena, de Sena Madureira a Manoel Urbano, de Manoel Urbano a Feijó, de Feijó a Tarauacá. Nunca esteve tão ruim. Eu trabalhei naquele trecho; fiz há mais de dez anos. Quinze anos atrás, fizemos a obra. E ficam pondo defeito no que foi feito quinze anos atrás, quando só há um defeito a ser trazido: a falta de manutenção. Isso tem de nos unir.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Wellington Fagundes (PR/MT) – 04/04/2017 - Eu conversava agora com o Senador Flexa. A nossa Região, principalmente Mato Grosso, Pará, Rondônia, precisa da questão da logística. A logística é fundamental. E quando falo da logística, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística em Transportes e Armazenamento, quero falar de todas as oportunidades: melhorar as nossas estradas, ampliá-las, mas também construir as ferrovias, as nossas hidrovias, que têm muita capacidade de funcionamento. E, aqui, Sr. Presidente, eu quero mostrar, e sei que neste momento nós não estamos ao

vivo na televisão, dado o programa eleitoral, mas eu quero mostrar algumas fotos do que está acontecendo lá na BR-158, no Vale do Araguaia, que liga toda a região do Vale do Araguaia aos portos no Pará e Itaquí, no Maranhão. Essa região é uma das últimas fronteiras agrícolas do País. Essa foto mostra uma ponte que se rompeu, dado o volume de água nessa região. Uma ponte rompendo, significa romper todo o trânsito da região, impedir todo o tráfego da região.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Wellington Fagundes (PR/MT) – 04/04/2017 - Sr. Presidente, é exatamente isso que é importante, para que a população que nos assiste, principalmente a população da região amazônica, veja que estamos aqui trabalhando em conjunto. Eu sempre tenho dito que a BR-163, a BR-158 não são solução para o Pará, são solução para o Brasil, para Mato Grosso, que é uma região que hoje tem um índice de produção muito grande, uma produtividade das maiores do mundo. E, claro, nós queremos contribuir mais ainda com a integração da nossa região. E é exatamente esse trabalho conjunto que estamos fazendo aqui, essa parceria que nós queremos mostrar para a população. Caiu uma ponte? Nós estamos aqui falando, cobrando, indo ao ministério, exigindo que se tomem medidas. É claro que um acidente é algo que não estava previsto, um volume de chuvas concentrado nesse momento rompe uma ponte e causa todo um transtorno.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI) – 05/04/2017 - E nessa oportunidade, nós queríamos ressaltar a importância, a dedicação de S. Ex^a o Sr. Ministro dos Transportes Maurício Quintella, bem como dos nossos diretores do DNIT, o Valter Casimiro, o Luiz Antônio, o André Martins de Araújo e o Halpher Rosa, que têm dado suas contribuições para que nós consigamos a realização desse sonho de toda a região do extremo sul, especialmente do Vale do Gurgueia. E nessa oportunidade, Sr. Presidente, queríamos fazer um registro também relacionado ao nosso sistema de rodovias federais, especialmente aqui eu gostaria de ressaltar, considerando que fomos Prefeito de Teresina, e uma das grandes preocupações nossas foi a questão relacionada à mobilidade urbana de nossa capital, que tem hoje quase 900 mil habitantes, com a população flutuante diariamente superior a um milhão de habitantes.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Gladson Cameli (PP/AC) – 06/04/2017 - Não é de hoje que enfrentamos adversidades climáticas, enchentes históricas, precariedade de acesso, más condições das estradas vicinais, ausência de pontes, barreiras comerciais, poucas linhas de financiamento e um controle desmedido de órgãos incentivados por uma política ambientalista insustentável. E não é de hoje que trabalhamos para vencer todos esses obstáculos, Sr. Presidente. Vou citar uma pequena, mas profunda e significativa vitória. Não faz quinze dias... Aliás, vou dizer a data exata: foi no dia 23 do último mês de março que o Acre passou a ter a própria Superintendência do DNIT. Vou repetir: foi dia 23 de março – o nosso Estado, o Estado do Acre, era o único Estado da Região Norte que não tinha uma Superintendência do DNIT e com uma malha rodoviária maior que a do Estado de V. Ex^a, Roraima – que tem há muitos anos –, ou a do Amapá, do Senador João Capiberibe. Vejam só, um Estado com tantas falhas de infraestrutura era dependente do escritório do DNIT de Rondônia. E a Bancada federal não fazia nada? Claro que fazíamos. Cansamos de pedir essa superintendência, e só fomos atendidos agora pelo Presidente da República, S. Ex^a Michel Temer.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Roberto Requião (PMDB/PR) – 06/04/2017 - Todo o esforço de construção da infraestrutura do Brasil, no último século, foi incapaz de prover acesso dos meios modernos de logística à metade do Território nacional. Isso se deve, entre outros fatores, ao desprezo pelo planejamento na ocupação do Território, à não priorização de recursos para a infraestrutura e à excessiva prioridade concedida ao modal rodoviário. A formação da infraestrutura – seja social, aquela que envolve ações nas áreas de educação, saúde, segurança e saneamento; seja a econômica,...

[Leia o discurso](#)



Comissão mista aprova MP das Concessões com mudanças

Senadores e deputados aprovaram nesta quarta-feira (5) relatório favorável à MP das Concessões. A matéria foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão (PLV) oferecido pelo relator, o deputado federal Sérgio Souza (PMDB-PR), que acatou 14 das 90 emendas apresentadas à MP e promoveu alterações no texto original enviado pelo Poder Executivo. Agora, a Medida Provisória 752/2016 segue para análise do Plenário da Câmara dos Deputados e, em seguida, para votação no Plenário do Senado.

A medida provisória autorizou a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. São objeto da medida as concessões feitas nos últimos 12 anos, principalmente de rodovias, ferrovias e aeroportos. Esses contratos poderão ser prorrogados, em alguns casos, por até 30 anos.

O relator afirmou que a medida provisória foi editada com o objetivo de reduzir os custos de transporte da produção agrícola do país, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e barateando a comida na mesa da população.

A intenção do governo é viabilizar novos investimentos no setor de transportes. A prorrogação alcança as concessões em andamento. Já a relicitação será aplicada quando houver problemas na execução dos contratos de parceria. De acordo com o texto aprovado, a prorrogação de contratos dependerá de condições como estudo técnico, avaliação prévia da administração pública, consulta popular, análise do Tribunal de Contas da União (TCU) e cumprimento das metas vigentes.

Prorrogação ou relicitação

Segundo o texto, poderá haver prorrogação contratual (após o término do contrato), prorrogação antecipada (antes do fim do contrato) e relicitação (o contrato é extinto e novos contratados são licitados).

Para as prorrogações, haverá compromisso do concessionário de realizar investimentos não previstos no ajuste original, incorporando-se ao contrato, ao mesmo tempo, novas cláusulas de desempenho e metas objetivas. Já a relicitação será para contratos de parcerias que não estejam sendo devidamente cumpridos ou cujos contratados demonstrem incapacidade de cumpri-los.

A prorrogação contratual poderá ser solicitada pelo concessionário ou pelo poder concedente. O concessionário só poderá fazer esse pedido de prorrogação com antecedência mínima de 24 meses antes do término do contrato. Os contratos de parceria poderão ser prorrogados uma única vez, por período igual ou inferior ao prazo de prorrogação originalmente fixado ou admitido no contrato.

A prorrogação antecipada poderá ser requerida nos contratos que estejam entre 50% e 90% do prazo original. No caso das concessões rodoviárias, a prorrogação antecipada só poderá ser pedida se já houver execução de pelo menos 80% das obras obrigatórias exigíveis. Já para as concessões ferroviárias, a prorrogação antecipada poderá ser solicitada se houver cumprimento das metas de produção e de segurança definidas no contrato.

A MP também exige a apresentação de estudo técnico que justifique a vantagem das prorrogações em relação à relicitação e que as prorrogações contratual e antecipada sejam submetidas a consulta pública pelo órgão competente. Poderão ser objeto de relicitação contratos no setor rodoviário, ferroviário e aeroportuário cujas disposições contratuais não estejam sendo atendidas ou cujos contratados demonstrem incapacidade de cumprir as obrigações contratuais ou financeiras assumidas originalmente.

Exigências e arbitragem

Também está previsto um sistema de arbitragem. Em questões que envolvam o cálculo das indenizações pelo órgão competente, será firmado compromisso arbitral entre as partes que preveja a submissão à arbitragem, ou a outro mecanismo privado de resolução de conflitos admitido na legislação aplicável. O Poder Executivo regulamentará o credenciamento de câmaras arbitrais.

Os estudos necessários à relicitação pelo órgão competente incluirão: cronograma de investimentos previstos; estimativas dos custos e das despesas operacionais; estimativas de demanda; modelagem econômico-financeira; as diretrizes ambientais; as considerações sobre as principais questões jurídicas e regulatórias existentes; e o levantamento de indenizações por bens reversíveis não amortizados. Os financiadores do contratado poderão ser consultados sobre os estudos técnicos.

Dentre as mudanças do relator em relação ao texto original está a que enfatiza a necessidade de realização de investimentos para aumento da capacidade instalada do setor ferroviário. Quanto às relicações, o relator incluiu exigência de renúncia expressa à participação no novo certame ou no futuro contrato de parceria relicionado.

Outra mudança prevê que os contratos de parceria poderão ser alterados, mediante acordo celebrado entre a administração pública e os contratantes, “quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa ou qualitativa de seu objeto”. Já uma das emendas incorporadas pelo relator permite que os contratos de parceria do setor ferroviário abranjam a construção de novos trechos ou ramais ferroviários, com a extensão necessária para atender polos geradores de carga.

Emendas rejeitadas

Duas emendas votadas separadamente pelos parlamentares foram rejeitadas. Uma delas, de autoria do deputado Hugo Leal (PSB-RJ), obrigaria o concessionário de rodovia a colaborar com as autoridades competentes na função pública de patrulhamento ostensivo das rodovias. A segunda emenda também destacada e rejeitada era de autoria do deputado licenciado Osmar Serraglio (PMDB-PR) criaria um percentual mínimo de 20% de capacidade de transporte para terceiros a ser disponibilizada nas prorrogações dos contratos de parceria no setor ferroviário.

Mesmo sem a aprovação da emenda de Serraglio, o relator Sérgio Souza aceitou sugestão para alterar um trecho da medida provisória para garantir o uso de ferrovias concedidas por terceiros “garantida a remuneração pela capacidade contratada”.

O presidente da comissão mista que aprovou a MP é o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e o vice-presidente é o deputado federal Domingos Sávio (PSDB-MG). O relator-revisor é o senador Wilder Moraes (PP-GO).

Também participaram da reunião os senadores Cidinho Santos (PR-MT), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Wilder Moraes (PP-GO), Lúcia Vânia (PSB-GO), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Cristovam Buarque (PPS-DF) e os deputados federais Celso Maldaner (PMDB-SC), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Décio Lima (PT-SC), Heitor Schuch (PSB-RS), Luiz Cláudio (PR-RO), Enio Verri (PT-PR), Jaime Martins (PSD-MG), Saguas Moraes (PT-MT), Mauro Lopes (PMDB-MG), Mauro Pereira (PMDB-RS), Julio Lopes (PP-RJ) e André Moura (PSC-SE).

Fonte: Agência Senado.

Adiada votação de relatório da MP que muda limites de reservas ambientais no Pará

Os parlamentares que integram a comissão mista que analisa a Medida Provisória (MPV) 756/2016 decidiram adiar por mais uma semana a votação do relatório, do deputado José Priante (PMDB-PA).

Além de alterar os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim, ambos localizados no Pará, a medida criou a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, a ser administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A alteração se deu para a construção da Ferrogrão, estrada de ferro que será usada para a exportação de grãos entre os estados de Mato Grosso e do Pará.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) apoiou o adiamento.

— O fato de resolver por medida provisória já é uma situação que não respeitou todo esse processo de debate. E agora também o relatório não pode ser feito a toque de caixa. Acho que tem de dar um tempo — disse.

A MP estabelece ainda a regularização das áreas rurais ocupadas na Área de Proteção Ambiental. Já os imóveis rurais privados existentes no Parque Nacional do Rio Novo e na Floresta Nacional do Jamanxim devem ser desapropriados.

Presidente da comissão mista, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que o relatório de José Priante faz justiça à população moradora dos locais atingidos pelas mudanças.

— O que nós estamos buscando aqui é manter parte da área de preservação, mas liberar a área que eles estão ocupando para que eles possam, não desenvolver atividade livre, mas dentro dos limites de uma Flona [Floresta Nacional], que eles possam trabalhar.

Das 15 emendas apresentadas à MP, 11 foram acatadas pelo relator. A comissão deve se reunir novamente na próxima semana.

Fonte: Agência Senado.

Comissões Mistas

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9.

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 05/04/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30

7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 752/2016, que "dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências."

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Moraes (PP/GO).

PAUTA

Assunto/Finalidade: Apreciação de Relatório.

04/04/2017- [Parecer do Relator](#)

05/04/2017- [Complementação de Voto do Relator](#)

05/04/2017- [PLV 03/2017](#)

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: O Relatório do Deputado Sergio Souza (PMDB/PR) é aprovado e passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 752, de 2016, e de suas emendas; ainda, pela adequação financeira e orçamentária da iniciativa, assim como de suas emendas; pela aprovação, no mérito, da referida proposição, na forma do projeto de lei de conversão apresentado; ficam prejudicadas as emendas 54 a 57 em função do disposto no parágrafo único do art. 43 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; Com relação às emendas, pela aprovação das de nº 8, 10, 24 a 26, 33 a 37, 42, 47, 48, 49, 86 e 87, na forma do projeto de lei de conversão; e pela rejeição das demais emendas.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 758/2016

Presidente: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 04/04/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 758/2016, que "altera os limites do parque nacional do jamanxim e da área de proteção ambiental do tapajós".

Vice-Presidente: Deputado Zé Geraldo (PT/PA);

Relator: Deputado José Reinaldo (PSB/MA).

Audiência Pública Interativa

Assunto/Finalidade: Debater a Medida Provisória nº 758/2016.

Participantes:

- Paulo Henrique Marostegan e Carneiro - diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Ciro Campos - analista do Programa de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental – ISA [Apresentação em 04.04.17](#);
- Gelson Dill - vice-prefeito de Novo Progresso e Presidente da Associação de Produtores Rurais da Gleba Jamanxim – APRUJAM;
- Maria José Gazzi Salum - diretora de Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia [Apresentação em 04.04.17](#);
- Vicente Humberto Lôbo Cruz - secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI

Presidente: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP).

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 03/04/2017 – SEGUNDA-FEIRA, ÀS 17h

Presidente: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP);

Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTC/AL).

Instalação

Assunto/Finalidade: Posse da Presidente da Comissão, Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), e do Vice-Presidente, Senador Fernando Collor (PTC/AL).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanhará a reunião.

Resultado: Reunião realizada.